



ENTREVISTA

→ Eng. Sebastião Feyo de Azevedo, Vice-presidente Nacional e Presidente do Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros, Professor Catedrático da FEUP



“Não percebo a lógica política forte que se sobrepõe à lógica técnica e de qualidade”

Delegado Nacional ao Bologna *Follow-up Group*, desempenhou um papel importantíssimo no acompanhamento, definição e implementação da marca de qualidade EUR-ACE em Portugal. Acutilante, o Eng. Sebastião Feyo de Azevedo defende ser necessário rever as grandes áreas tradicionais da engenharia, relativamente à estrutura de reconhecimento das suas qualificações profissionais. Quanto ao futuro do país, só há um caminho: trabalhar com critérios de qualidade e gestão europeus.

Por Nuno Miguel Tomás
Fotos Paulo Neto

Qual a relevância do reconhecimento de qualificações académicas e profissionais no actual quadro económico europeu?

Essa relevância tem essencialmente a ver com o novo paradigma de coexistência que vivemos. Isto tem raízes no fim do século passado. Houve a queda do muro de Berlim e, simultaneamente, registou-se um progresso imenso nas tecnologias digitais e comunicações e na área da saúde. Hoje vivemos um paradigma total, uma sociedade aberta, onde

coexiste competição e cooperação. Ora, no momento em que temos de cooperar, no momento em que o mercado é completamente aberto, ou temos um sistema em que reconhecemos, de facto, as competências académicas, por um lado, e profissionais, por outro, ou não cooperamos. A cooperação é feita de confiança, em tudo na vida. E como é que se ganha confiança? Uma forma é sermos amigos, outra é percebermos as competências das pessoas. E por isso é fundamental que sejamos capazes de chegar a outros países, em que vamos trabalhar em projectos e empresas, e tenhamos a capacidade de dizer qual a formação e qualificações que possuímos, e que temos uma associação com reputação que as reconhece e, por aí, sermos aceites.

Digamos que, dentro da engenharia, há dois grandes grupos de actividades. As “reguladas” e as “não reguladas”, genericamente. Nas “não reguladas” são os responsáveis de mercado que decidem, que reconhecem as qualificações e competências das pessoas e, com base na confiança, as contratam. Aí não há propriamente leis, o mercado precisa de ter confiança na pessoa e para isso é preciso que as nossas qualificações sejam reconheci-

das. Depois há outro nível, o das qualificações para as áreas reguladas. Ou então temos as marcas de qualidade europeias, que é o que se está a desenvolver fortemente, e nas quais o EUR-ACE tem um papel muito especial.

Mas no caso da área profissional de engenharia, como é que se materializa o que acabou de descrever, em termos práticos?

Bom, materializa-se de várias formas e depende um pouco dos países. A primeira é nas portas de entrada para a profissão, as capacidades académicas. As qualificações académicas, com o tempo, perdem um pouco, porque elas servem para “abrir a porta”. A pessoa vem de um curso com uma determinada formação, tem um mínimo de prática profissional e é, ou não, reconhecido como um profissional da área. E a engenharia é um caso especial, porque é das áreas onde o sistema binário faz claramente sentido.

Está a falar da diferenciação entre tipos de formação...

Há dois tipos de formação, uma mais aplicada, e tendencialmente mais curta, e uma formação de base mais teórica, tendencial-

mente mais longa, que conduzem a dois tipos de competências. Ambas são necessárias na nossa indústria, na nossa actividade profissional de engenharia. A formação académica aos 18/20 anos é fundamental como passaporte, porta de entrada. Agora, é preciso percebermos que, nos tempos de hoje, temos de pensar mais em formação acumulada ao longo da vida, e estou convencido que, no relativamente curto prazo, a formação contínua vai ser uma espécie de "exigência" para a continuidade do reconhecimento das competências profissionais.

As associações profissionais devem desempenhar um papel nessa área?

Devem, mas não vamos dramatizar. Não vamos dizer que toda a gente tem de continuar a "estudar", nem pensar nisso, vamos ser realistas. A formação contínua inclui a experiência própria das pessoas. É evidente que se me disserem que um engenheiro tem no seu *curriculum*, continuamente, projectos de engenharia civil, por exemplo, parece-me que isso deve ser totalmente aceite.

Haverá, então, uma lacuna no reconhecimento de competências práticas?

Sim, há. E as associações profissionais devem reflectir sobre isso, sobre a forma de conseguirem reconhecer competências práticas ou competências relacionadas com a actividade profissional, seja de projecto, de gestão, de negócio de engenharia, competências de actividade técnica.

Processo de Bolonha: que balanço faz passados três anos desde que as escolas começaram a implementá-lo? Que objectivos académicos, políticos, económicos e sociais foram atingidos? O que falta fazer?

As escolas têm feito um enorme esforço, num quadro político difícil. O Processo está avançado no plano estrutural. No plano dos conteúdos, foi feito um enorme esforço de melhoria, tentando trazer conteúdos mais interessantes para a sociedade, no mais curto prazo. No plano das chamadas competências complementares, as *soft skills*, e que a sociedade valoriza muito – capacidade de inovação, empreendedorismo, comunicação, liderança – acho que as escolas também se têm preocupado muito e têm feito progressos significativos.

Onde as coisas estão um pouco mais atrasa-

das é nos métodos de ensino. Há um esforço no sentido de mudar os *curricula* para tornar mais visíveis as competências e qualificações que os cursos conferem, e isso não tem sido, ainda, completamente conseguido.

Porquê?

É mais difícil. Temos de ser realistas, é muito duro para um professor que tem 30 anos de trabalho, com determinadas metodologias e dossiers, reformular completamente os seus métodos. Primeiro, é duro porque podem até nem acreditar nos métodos novos, o que é razoável. Segundo, é duro porque há milhares de horas investidas e ter de reformular todo um conjunto de dossiers é muito complicado, até porque as pessoas, para além das aulas, têm outras actividades muito fortes na universidade. A universidade, hoje em dia, não é como antigamente: dar aulas e ir trabalhar para outro lado. A universidade hoje tem um conjunto alargado de actividades em que estamos envolvidos, nas áreas da gestão, investigação, inovação. Percebe-se que demore mais tempo, vem de baixo para cima. Com o apoio dos mais velhos, serão os mais novos, que estão a começar a preparar os seus dossiers de curso, a iniciar estes novos métodos. É normal.

Outra questão é o problema cultural da atitude dos alunos, que também tem de mudar significativamente. Têm de pensar que a profissão deles, pelo menos para muitos deles, é estudar e que têm de ir às aulas, que têm de estudar mais horas durante a semana. A mudança cultural não é só nos professores, é também nos alunos.

A adopção da designação "licenciatura" para os "novos" primeiros ciclos foi um erro?

Houve um gravíssimo erro de avaliação da estratégia política. As novas licenciaturas não têm nada a ver com as antigas licenciaturas. É preciso deixar isso claríssimo e lutar fortemente contra essa visão. E é preciso dizer que o mestrado actual não é uma pós-graduação, é o segundo ciclo nas formações para a profissão. E esta visão é fundamental. Tentou vender-se a ideia de que o primeiro ciclo era o ciclo das profissões, com três anos, e depois havia duas pós-graduações, mestrado e doutoramento. E isso não é verdade em bastantes áreas. É verdade em algumas, mas não é verdade em várias. Os primeiros ciclos conferem competências profissionalizantes,

mas em várias áreas não são suficientes, como formação completa, para uma profissão...

Está a falar da engenharia...

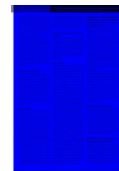
Engenharia certamente, medicina, farmácia... podem dizer-me que há outras áreas em que faz sentido o primeiro ciclo para a massificação, e isso tem a ver com outra questão importante. O Processo de Bolonha está preparado para responder a uma exigência da sociedade: a da educação para todos. A sociedade moderna tem exigido muito mais, é uma sociedade de conforto e de educação, exige sistemas de educação para todos os alunos. Mas não é pensável que todos os alunos vão tirar cursos de cinco anos. A massificação faz-se pelos ciclos curtos, coisa que em Portugal ainda não está muito desenvolvida, e pelos primeiros ciclos. Depois, há um número, relativamente mais pequeno, que termina os segundos ciclos.

A mobilidade da empregabilidade é o grande objectivo de Bolonha?

Bolonha tem o objectivo de criar um espaço europeu do ensino superior, ou até do conhecimento, no qual os europeus se movam livremente e que atraia pessoas de outros lados. Não sejamos ingénuos, queremos atrair massa cinzenta de outros locais, como os americanos fazem. Bolonha faz isso, promovendo a mobilidade, porque os jovens conhecem-se melhor, percebem as diferenças de culturas, e isso incrementa a tal cooperação. Por outro lado, e nós portugueses não estamos muito habituados a falar disto, ajuda a manter a paz. Temos competições como os Jogos Olímpicos e o Campeonato do Mundo de Futebol e essas competições são para ajudar a manter a paz, para manter os povos a falar uns com os outros. É preciso também pensarmos nessa parte. Bolonha mantém essa componente humana e quem não vir Bolonha desta maneira, não entende, assim o penso, uma parte essencial deste modelo de desenvolvimento.

A Directiva n.º 2005/36/CE, transporta para a Lei interna através da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março, fala em número de anos e experiência, enquanto Bolonha fala de competências. O que se "perdeu" aqui pelo meio?

Os países têm dois anos para transpor as Directivas para os seus quadros jurídicos. Esta Directiva é de 2005 e Portugal aprovou-a, finalmente, através da Lei n.º 9/2009.

**ENTREVISTA**→ **Eng. Sebastião Feyo de Azevedo**, Vice-presidente Nacional e Presidente do Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros, Professor Catedrático da FEUP

Foi uma Directiva feita antes da aprovação do Quadro Europeu de Qualificações. Temos o Decreto n.º 74/2006, sobre graus académicos, que define esses graus de acordo com o quadro de qualificações aprovado em Bolonha, e Bolonha são 46 países. Portanto, o Decreto n.º 74/2006 corresponde ao nosso compromisso com Bolonha.

Para já, essa Directiva é da União Europeia, de apenas 27 países, foi feita antes deste quadro de Bolonha e, desastrosamente, em termos muito diferentes. Enquanto Bolonha fala de competências e de créditos, esta Directiva foi feita, estritamente, em termos de número de anos e experiência, mais nada. E tanto é, que já está em curso um conjunto de procedimentos para a rever, tendo como objectivo adaptá-la a Bolonha, que é o que faz sentido.

O que é que a Directiva propõe?

Enquanto o resto são recomendações e acordos, a Directiva é uma lei, é muito mais forte. Propõe três grupos de profissionais, os problemas são genericamente divididos em três grupos. Há um grupo, já antigo, diria das profissões totalmente reguladas, que engloba as áreas de saúde e a arquitectura. Depois há um segundo grupo que tem muito a ver com a experiência profissional, como actividades na área dos petróleos, da construção civil, etc.. E há um terceiro grupo, que inclui as engenharias.

E isso faz sentido?

Faz, o que não faz sentido é a forma como os níveis são definidos. Houve uma grande luta em 2003/04 a respeito deste assunto, em que diversos grupos europeus defendiam uma só profissão, com uma plataforma comum de três anos e depois os quatro anos seguintes podiam ser apenas de prática, ou dois de prática mais dois de estudos, enfim, era uma mescla, e ao fim de sete anos “era tudo engenheiro”. E havia só um tipo de engenheiros. Essa posição mereceu fortíssima reacção de muitos grupos europeus, como a OE. A formação académica é importante, seja ela contínua ou acumulada, não tem a ver com o reconhecimento experiencial, e há dois grandes níveis de competências e de qualificações de engenharia. Esta visão venceu e a Comissão Europeia (CE) percebeu que a engenharia não é uma profissão só e tem dois tipos de profissionais, porque não podemos

negar que os primeiros ciclos também fazem actividades de engenharia. Mas são níveis diferentes e, como tal, a CE não incluiu a engenharia no primeiro grupo de profissões que referi. E, nessa base, parece-me bem.

E nesse grupo mais geral, há cinco níveis de qualificação...

Sim, os dois de baixo são ensino secundário, o terceiro são os cursos de especialização tecnológica, o quarto são “pelo menos três e não mais que quatro anos de estudos” e o último nível são “pelo menos quatro anos”. Isto é, os quatro anos são uma charneira que tanto dá para o nível de cima como para o nível de baixo.

Qual é o critério?

É muito simples. Os quatro anos foram postos de charneira porque os nossos amigos britânicos têm cursos de quatro anos, os seus segundos ciclos são quatro anos. E como eles não podiam ficar politicamente de fora, arranjou-se uma escrita que permite que eles estejam incluídos. Isto não é oficial, mas é officioso: nos países em que a estrutura de estudos vai até aos cinco anos, os quatro anos são primeiro ciclo; nos países em que a estrutura de estudos termina nos quatro anos, os quatro anos são segundo ciclo. A Directiva impõe regras gerais para que reconheçamos as qualificações de profissionais oriundos de outro país, o que representa uma luta contra o corporativismo, em favor da mobilidade. Mas a Directiva diz também uma coisa muito complicada: se vier alguém que esteja qualificado no nível imediatamente abaixo no outro país, temos de o reconhecer, caso tenha experiência profissional. Temos o direito de exigir medidas de compensação, como um estágio, e temos o direito de só reconhecer parcialmente as suas qualificações, mas temos que o reconhecer. Ora, os cursos são por vezes muito diferentes de um país para outro. Há algumas ferramentas que nos permitem limitar os “estragos”. Mas tenho dificuldade em entender a lógica por detrás disto e acho que é um dos pontos que deve ser mudado rapidamente. Para mim não faz sentido. Não percebo a lógica política forte que se sobrepõe à lógica técnica e de qualidade. Quando uma lei é assim, acho que prejudica mais do que aquilo que ajuda. Espero que a revisão que se prepara inclua correcções também neste aspecto.

Tem afirmado que as grandes áreas tradicionais de engenharia devem ser necessariamente examinadas, revendo a estrutura de reconhecimento das qualificações. Porquê?

Neste momento, na OE, temos 12 “gavetas” e chega cá um candidato e não temos alternativa que não seja colocá-lo na gaveta de química, civil ou electrotécnica, mas, em bom português, “torcemo-nos” para os meter lá, porque olhamos para o *curriculum* e vemos que o candidato não é um engenheiro electrotécnico tal como o estamos habituados a reconhecer. E assim vai ser no futuro. Para mim, e estou apenas a dar uma sugestão, devemos reconhecer competências de primeiro ciclo mais gerais, de base, e de segundo ciclo mais específicas, ou seja, redefinir o quadro legal da OE para que possa passar certidões de reconhecimento que não sejam apenas da área a, b ou c.

Cada Colégio deve fazer um trabalho de análise sobre as suas grandes áreas de intervenção da engenharia, as suas subáreas, para que sejam reconhecidas competências nesses subdomínios. Isso significa mudar muita coisa nos estatutos da OE. Vamos ter de redefinir, internamente, a estrutura da OE, e isso pode passar por alterar o conceito de Especialidades, porque, caso contrário, vamos estar continuamente em luta connosco próprios para sabermos e definirmos o que vamos ou não reconhecer.

A OE deve influenciar as formações?

Claramente. Tem direito e obrigação, direito de ser ouvida e obrigação de se fazer ouvir, na reformulação das qualificações, mas também tem obrigação de se adaptar à evolução que é ditada por outros mecanismos das formações. As formações não podem ser só ditadas pela OE, há um conjunto de organizações na sociedade que leva a uma evolução das formações, nomeadamente agora que estamos no plano internacional.

Sistema EUR-ACE e OE: quais os fundamentos, objectivos, critérios e procedimentos?

Considero o EUR-ACE um caso exemplar de colaboração internacional e posso falar à vontade porque começou antes da nossa gestão. A OE tem o processo de avaliação de qualidade desde 1994 e ganhou credibilidade com isso, mas em 2000 iniciou contactos internacionais porque percebeu, à época, a importância da relação com parceiros eu-



ENTREVISTA

ropeus. A partir de 2004 a nossa acção teve muita influência no desenvolvimento e devo dizer que o Eng. Salgado de Barros teve um papel extraordinário no EUR-ACE.

Isto começou com um grupo de seis associações e passou para 14 – e estamos a falar das principais associações europeias de engenharia – que decidiram avaliar os sistemas de qualidade que cada país tinha e encontrar um conjunto de competências comuns, que fosse reconhecido por todos. E daí fez-se um sistema de qualidade.

Aliás, a CE deu importância a estes desenvolvimentos transnacionais...

Deu e está a dar. São os chamados quadros de qualificações sectoriais. A CE quer, na engenharia, no direito, na medicina, etc., que existam quadros sectoriais feitos por quem sabe. Porque uma coisa é a lei geral, o chapéu, outra coisa é a terminologia prática, as coisas no terreno, e isso faz quem sabe. Quem sabe de engenharia são os engenheiros, são as associações profissionais e as escolas, naturalmente. Não são as pessoas que estão nos gabinetes políticos, sem nada terem a ver com engenharia.

Então, decidimos a nível europeu fazer um conjunto de normas e implementá-las como marca de qualidade, uma marca para quem obedecesse a um conjunto de requisitos e critérios.

A OE faz parte, desde o primeiro minuto, desse grupo; criou-se uma associação europeia de direito privado, belga, a ENAEE – European Network for Accreditation of Engineering Education, que gere os critérios e atribui as marcas de qualidade. Acredita, a nível nacional, agências que mostrem ter um sistema de qualidade compatível com o EUR-ACE. A OE é uma das sete agências que, a nível europeu, o pode conferir. Já atribuímos quatro marcas de qualidade e, tanto quanto sei, há várias escolas a preparar os seus dossiers. Tenho grande esperança que em 2010 haja uma “submissão” de várias escolas ao EUR-ACE.

Por outro lado, note-se que a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico está a investir alguns milhões de euros num exercício, a nível mundial, de reconhecimento de qualificações em várias áreas, uma delas é a engenharia, e promoveu um estudo feito por um número alargado de especialistas na área. Fizeram um levantamento dos vários quadros de qualifica-



ção que há no mundo e no fim aprovaram dois quadros para tentarem juntar: o quadro europeu do EUR-ACE e o quadro da americana ABET – Accreditation Board for Engineering and Technology. Com base nisso fizeram um quadro comum para propor e ver quais as reacções sociais que daí surgem.

E a CE divulgou em Setembro um relatório trienal sobre avaliação de qualidade no ensino superior, destacando lá o EUR-ACE.

Sim, e isso é muito importante, porque destaca-o como um exemplo de boas práticas de avaliação de qualidade no caso das engenharias. Isso está a dar uma força tremenda ao EUR-ACE. Mas só será um vencedor se ganhar a confiança do mercado e o mercado são as escolas.

Está de “saída” da OE. Que mensagem deixa aos seus membros e colegas?

Tenho a convicção de que a OE é actualmente vista pela sociedade como uma instituição independente, respeitada, muito responsável e que luta genuinamente pelo desenvolvimento de Portugal, pelo desenvolvimento de engenharia de qualidade e não pelos seus membros no sentido corporativo.

Neste momento há questões políticas duras

e difíceis que, de alguma maneira, põem em causa algum do trabalho da OE. A Ordem está a responder a isso, precisamente nas áreas da qualidade, da regulação dos cursos, e estamos a dar bons exemplos. Vamos ver os resultados. Esperemos que, para bem de Portugal, sejam aqueles que imaginamos, porque Portugal bem precisa. Estamos a atravessar uma fase difícil em que as palavras “independência” e “respeitabilidade” são tremendas, mas eu acredito no nosso país, acredito no futuro de Portugal. Mas para haver futuro é preciso que as pessoas resistam e sejam capazes de dizer “não”, que sejam independentes e que sejam capazes de pôr a qualidade europeia como critério de base. Portugal é um país universal e só tem um caminho: trabalhar com critérios de qualidade e organização europeus. Aí, em termos relativos, temos algum défice. No ranking mundial não estamos mal, mas no ranking dos “clubes” europeus, na parte do défice de organização e gestão, estamos. Não temos problemas técnicos, somos capazes, mas a nível de organização, rigor e qualidade de trabalho temos um défice relativo a nível europeu. Temos que melhorar a estes níveis, e eu, reafirmo, acredito totalmente na nossa capacidade para o fazer, como acredito no nosso futuro. ■



ENTREVISTA

Eng. Sebastião Feyo de Azevedo

“Não percebo a lógica política forte
que se sobrepõe à lógica técnica
e de qualidade”

► Página 32